



REALIZAÇÃO:



SANEAMENTO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Esmeraldo Pereira Santos

Diretor de Comunicação da Assemae

Diretor Geral SAAE Passos/MG

Instagram: @_Esmeraldo Pereira

E mail: diretor@saaepassos.com.br

Junho, 2025





Saneamento: Um Desafio Diário

No meio, existe um linguajar: lidar com o saneamento é ter que matar um leão por dia. Linguajar este, já fora de moda, porque já não se mata leões mais, mas o comparativo se justifica pelo grau de dificuldade que enfrentamos no dia a dia do saneamento, que diga o Governo Federal, décadas após décadas na tentativa da universalização do saneamento, desde o antigo Plano Nacional de Saneamento (Planasa) na década de 1970, passando pela Lei nº 11.445/2007 o marco regulatório e chegando a Lei nº 14.026/2020 o novo marco regulatório, podendo chegar à conclusão que o desafio da universalização é gigante.



Participação Social

A participação popular entendida como um processo (contínuo, permanente, conflituoso e de longo prazo) que visa estimular e contribuir com os indivíduos e grupos sociais, no sentido de desenvolverem senso de responsabilidade e de urgência com relação aos problemas socioambientais para assegurar a ação apropriada e a tomada de decisão para solucioná-los, mostra-se imprescindível para a formulação, implementação e avaliação de políticas de saneamento básico.

Ref: Professor Luiz Roberto Santos Moraes; 28/05/2021



REALIZAÇÃO:



Algumas Formas de Participação Social

I – debates e audiências públicas

II – consultas públicas

III – conferências das cidades, ou

IV – participação de órgãos colegiados de caráter consultivo na formulação da política de saneamento básico, bem como no seu planejamento e avaliação

* Conselho Municipal de Saneamento

Ref: Decreto federal 7.217/2010, Art 34, incisos I a IV



Possibilidades da participação social

- permite criar as condições para que a distribuição dos recursos públicos seja equânime;
- possibilita o estabelecimento de regras de reciprocidade e de transformação sociocultural na dinâmica assimétrica que caracteriza as relações Estado e sociedade no Brasil, apontando para reforçar a existência de sujeitos–cidadãos que demandam um processamento político das suas demandas;
- permite que os sujeitos–cidadãos influenciem diretamente na definição de diretrizes e na formulação de políticas públicas;
- proporciona a criação de espaços públicos democráticos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornem visíveis e as diferenças se confrontem, cedendo espaços no processo decisório e garantindo uma interação entre os grupos e o Poder Público;



- contribui para a construção de novos hábitos, para neutralizar o clientelismo e para aproximar o cidadão do processo decisório;
- contribui para a formação de uma cidadania qualificada;
- permite a construção de uma nova relação entre governantes e governados, proporcionando o conhecimento da máquina do Estado e seus limites, estimulando a construção de corresponsabilização;
- abre espaço para a produção de negociações e consensos, cada vez mais, qualificados;
- amplia e consolida uma cultura democrática, com métodos e procedimentos concretos que potencializam a gestão compartilhada da sociedade

(BORJA, 2008).



Limites da Participação Social

- impossibilidade de dar respostas à totalidade dos problemas dos cidadãos excluídos que demandam justiça social;
- descompasso entre o “tempo” para a promoção da participação e o tempo dos projetos;
- falta de capacitação dos técnicos para processos participativos;
- tradição autoritária e tecnicista da atuação do Poder Público;
- fragilidades dos movimentos sociais quanto à representatividade e legitimidade das representações;
- dificuldades de integração dos diversos movimentos em face da existência de diferentes concepções das políticas públicas;



REALIZAÇÃO:



- dificuldades de qualificação técnica dos movimentos sociais para a qualificação do debate;
- resistências tecnoburocráticas onde o saber técnico coloca dificuldades para estabelecer o diálogo com o saber popular;
- existência de programas que exigem a participação, mas de forma restrita ou instrumental, não incorporando a participação ativa e crítica, com partilha de poder;
- fragilidade de uma cultura da gestão da coisa pública, que se traduz no tratamento privado dado à coisa pública, de ambas as partes;
- clientelismo e corporativismo que ainda convivem com os novos espaços de democracia participativa;
- falta de compartilhamento de um projeto político dos diversos atores sociais

(BORJA, 2008).



Participação Social em Agências de Regulação de Minas Gerais, referente ao ano de 2024

- ARISB:

32 Consultas públicas

01 audiência pública

Referência site Arisb

- ARISMIG:

14 Consultas públicas

Referência Arismig

- ARIS/MG:

12 consultas públicas

05 audiências públicas

Referência site Aris/Mg



REALIZAÇÃO:



Com base na Consulta Pública Arisb/Mg 192/2024 Passos/Mg, observamos que as contribuições no período foram mínimas e em pesquisa com os demais municípios posso fazer a mesma observação, o que difere esta Participação Social são os municípios que já possuem o Conselho Municipal de Saneamento formado e ativo com representantes da sociedade civil e órgãos públicos, o que torna a participação mais evidente.

Por fim, entendo que a garantia do Controle Social e a participação da sociedade que em um passado não tão distante era praticamente inexistente, hoje percebemos uma evolução gradativa e positiva para o acompanhamento da prestação do serviço, seja ele municipal, estatal ou privado.



REALIZAÇÃO:

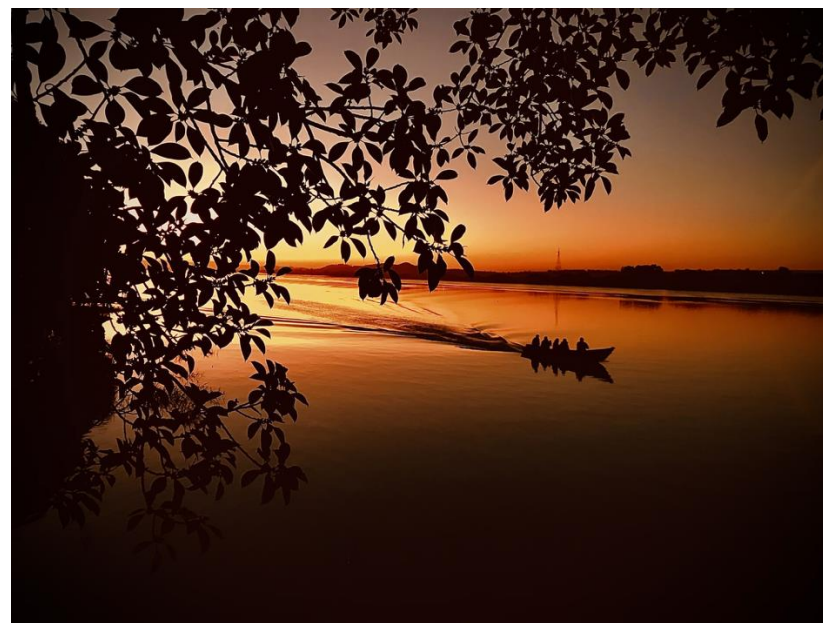


SANEAMENTO

UM DESAFIO DIÁRIO, UMA PAIXÃO PARA QUEM CONVIVE!

OBRIGADO A TODOS...

Esmeraldo Pereira Santos



Dalton Teixeira Filho, ganhador 1º lugar do Concurso cultural e institucional "Um Olhar Sustentável"